PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF

INTELIGÊNCIA POLÍTICA A SERVIÇO DA VIGILÂNCIA SOBRE AS ATIVIDADES PARLAMENTARES: AS EMPRESAS DE CONSULTORIA POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE

Audren Marlei Azolin; Luiz Fernando Nunes Moraes[1]

Palavras-chave: Representação de Interesse. Empresas de Consultoria Política. Inteligência Política. Inteligência Governamental.

RESUMO

Este trabalho apresenta o resultado ainda parcial de uma pesquisa que trata da identificação e análise das diversas atividades realizadas por empresas de consultoria política especializadas em representação de interesses, cujo foco principal seja a defesa de interesse junto aos parlamentos, em especial à Câmara dos Deputados. A pesquisa revelou que essas empresas de consultoria desenvolveram um conjunto de produtos e serviço de "vigilância" de toda atividade parlamentar. Este conjunto de produtos e serviços se tem chamado de Inteligência Política ou Inteligência Governamental. Esta "vigilância" se mostra a cada dia mais especializada, profissional e científica.

A pesquisa analisou 28 (vinte e oito) empresas de consultoria especializadas em relações governamentais no Brasil, dentre as quais as maiores do setor. O objeto da pesquisa foram os serviços e produtos ofertados. Após analisar os produtos e serviços, agrupamos os mesmos em categorias para dar ordem ao caos diante uma variedade de produtos e serviços. Como toda categorização, em certa medida é discricionária. As categorias e seus respectivos produtos e serviços estão abaixo relacionados:

Lobby: 1. Defesa de interesses, 2. Influência no processo de decisão governamental, 3. Representação de interesses, 4. Construção de canais de comunicação com os poderes executivo e legislativo, 5. Comunicação estratégica, 6. Participar de discussões no governo, 7. Planejamento estratégico de ações junto aos Poderes, 8. Gestão de crises.

Monitoramento Legislativo: 1. Acompanhamento das atividades parlamentares, 2. Mapas de Tramitação, 3. Acompanhamento de matérias, 4. Pesquisa e Monitoramento de Matérias de interesse no Poder Legislativo e Executivo, 5. Identificação de oportunidades, 6. Atualização Pormenorizada das Proposições Monitoradas, 7. Síntese da Agenda Legislativa Semanal, 8. Síntese das Deliberações Legislativas

Monitoramento Político: 1. Análise de Risco, 2. Gestão de políticas de risco, 3. Construção de estratégias: principais proposições em votação no Congresso Nacional, 4. Análise de Risco Legislativo, 5. Identificar os atores-chave, as oportunidades e os riscos no Processo

[1] Centro Universitário Internacional Uninter (PR) (audren_azolin@hotmail.com; luiz_fernan@hotmail.com)

Decisório, 6. Monitoramento Inteligente (Executivo e Legislativo), 7. Identificar e obter informações sobre o histórico pessoal, profissional e político dos atores-chave no processo de decisão política, bem como seus interesses e posicionamentos, 8. Proposições apresentadas e relatadas, discursos, além de atuação em redes sociais, 9. Monitorar as atividades e posicionamentos dos parlamentares.

Análise de *stakeholders*: 1. Campanha de *advocacy*, 2. Mapeamento de stakeholders.

Análise de tendências de cenários políticos futuros: 1. Análise de Tendências, 2. Construção de cenários político-econômicos, 3. Previsões e aconselhamento de atuação, 4. Análise de Conjuntura, 5. Previsões políticas, 6. Prospecção de Proposições Apresentadas.

Podemos de forma razoável afirmar que a Inteligência Política ou Governamental depende de um conjunto de produtos e serviços que contemplem as categorias acima: ***Lobby*** na defesa de interesse, **Monitoramento Legislativo** no sentido de identificar riscos e oportunidades (OLIVEIRA, 2004) em proposições legislativas que impactem positiva ou negativamente nos negócios ou causas dos representados, **Monitoramento Político** visando identificar aliados e não aliados políticos (OLIVEIRA, 2004), **Análise de *Stakeholders*** com vistas a identificar na sociedade civil entidades interessadas nos mesmos interesses e **Análise de Tendências de Cenários Políticos Futuros** com o objetivo de antecipar cenários políticos que possam impactar positiva ou negativamente nos negócios ou causas dos representados.

De forma mais contundente, nota-se que das cinco categorias, quatro apresentam produtos e serviços que fazem parte de um sistema de "vigilância" das atividades parlamentares. Esta "vigilância" é eficaz quando lança mão da inteligência política no sentido de antecipar riscos políticos. Mas o que é risco político? Segundo Cezar Roedel:

> As organizações, ao entrarem em contato com novas situações políticas e, muitas delas, consideradas instáveis, sentiram cada vez mais a necessidade de uma compreensão do fenômeno da instabilidade política e como ela afetava, diretamente ou indiretamente, os negócios. Assim, as primeiras definições surgidas no escopo do risco político, o identificavam exclusivamente como um risco "não econômico" [...] (ROEDEL, 2017, p. 37).

De forma geral, as definições de risco político definem a política enquanto variável explicativa importante para o sucesso ou fracasso dos negócios. Para antecipar, avaliar e analisar o risco político é fundamental desenvolver atividades (produtos e serviços) de inteligência política. Esta é importante para todo processo das estratégias de representação de interesse. Segundo Danilo Oliveira e Ivan Ervolino:

> Uma estratégia eficaz de negociação é quando se consegue influenciar, democraticamente, na formulação de políticas. Para tanto, uma parte desta estratégia consiste em acompanhar o surgimento e monitorar a tramitação das proposições, além de saber quem, como atuam e quais são as redes dos parlamentares de uma determinada casa legislativa (OLIVEIRA; ERVOLINO, 2017, p. 43).

Fazem parte da inteligência política, no nível estratégico, o Monitoramento Legislativo e, em especial, o Monitoramento Político. A inteligência política depende, sobremaneira, dos avanços tecnológicos, pois,

> Tomar decisões apoiadas em grande volume de dados ganha cada vez mais relevância em diversos setores, seja de organizações públicas, privadas, do terceiro setor ou mesmo instituições políticas. Na área de Relações Institucionais e

> Governamentais (RIG) a utilização de tecnologia permite que os profissionais economizem tempo e consigam estratégias mais eficazes junto aos tomadores de decisão (OLIVEIRA; ERVOLINO, 2017, p. 42).

Tem-se utilizado dos avanços tecnológicos para a realização do monitoramento legislativo e do monitoramento político. Assim, a "vigilância" das atividades dos parlamentares tem aumentando consideravelmente a sua eficiência. Entretanto, os avanços tecnológicos sozinhos não são suficientes para desenvolver inteligência política. Esta tem se desenvolvido na combinação entre Ciência Política, responsável para identificar as principais variáveis e o cruzamento entre elas, e a Tecnologia da Informação no sentido da obtenção de grandes quantidades de forma instantânea, bem como no armazenamento de grande quantidade de dados.

Posto isso, podemos aqui propor uma definição de Inteligência Política ou Governamental: um conjunto de atividades que identificam e analisam padrões de comportamento dos parlamentares no sentido de antecipar riscos e oportunidades políticas que impactem positiva ou negativamente os negócios ou causas dos representados.

As empresas de consultoria política na área de relações governamentais têm se dedicado cada vez mais em desenvolver atividades de inteligência política. A "vigilância" sobre as atividades e comportamento dos parlamentares tem ganhado eficiência devido ao aprimoramento na Ciência Política das análises causais, focadas no processo de decisão política, em especial na relação Executivo-Legislativo, dentro do Presidencialismo de Coalizão. A esse aprimoramento da Ciência Política, soma-se o desenvolvimento tecnológico na obtenção e tratamento de grandes quantidades de dados.

A eficiência na "vigilância" dá-se também pela Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, que no âmbito da Câmara dos Deputados se consolida na quantidade de informações de livre e fácil acesso no Portal da Câmara dos Deputados.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. **Lobby e representação de interesses**: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil. 2004. f 263. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas – Unicamp, Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Danilo; ERVOLINO, Ivan. Estratégias políticas baseadas em dados: uma proposta para aumento da eficácia nas negociações. **Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais**, Brasília, Ano 1, n, 2, p. 42-44, fev. 2017.

ROEDEL, Cezar C. Risco político. **Revista Brasileira de Relações Institucionais**, Brasília, Ano 1, n. 2, p. 36-38, fev. 2017.